

MANIFESTO AUTÁRQUICAS 2017

CIDADANIA VIVA!

As candidaturas do Bloco de Esquerda juntam forças por uma nova agenda autárquica – Direitos de Cidadania, Coesão Social e Territorial, Resposta aos Novos Desafios Ambientais

I. INTRODUÇÃO

Em Portugal, mais de 62% das pessoas vivem em cidades ou núcleos urbanos, evidenciando uma tendência crescente para a concentração da população (48% em 1991 e 55% em 2001). Esta elevada polarização concentra uma grande complexidade de problemas urbanos e sociais. O modelo de crescimento que não reconhece a função social dos espaços de residência e de trabalho, baseado na especulação, na segregação e na suburbanização impediu que direitos elementares de cidadania fossem cumpridos plenamente. O acesso à habitação, à mobilidade, à cultura, a bens e serviços essenciais, a preservação ambiental, estão condicionados em geral por lógicas mercantilistas que excluem e exploram.

A litoralização da população, dos serviços e das atividades económicas, que marcam um contínuo urbano ao longo da faixa costeira, tem como contraponto um vasto território interior que se encontra em perda populacional acelerada e está a ser diminuído na sua capacidade de desenvolvimento. O encerramento de serviços e a quase inexistência de investimento público nas regiões do interior dificultam a criação de emprego, a fixação dos mais jovens e originam mais despovoamento. Uma administração do território centralista e a ausência de níveis supramunicipais, metropolitanos e regionais, democraticamente legitimados por eleições diretas, retiram capacidade de decisão às populações sobre as estratégias de desenvolvimento para as suas regiões, agravam as desigualdades sociais e os desequilíbrios territoriais.

As temperaturas médias já aumentaram e continuarão a aumentar. A frequência, duração e intensidade de épocas quentes aumentarão e as ondas de calor agravar-se-ão. A precipitação reduzir-se-á e agravará a desertificação. Há tempestades mais violentas, tornados em pequena escala, violência marítima, cheias rápidas. Os últimos anos já demonstraram que as altera-

ções climáticas agravaram todas as fragilidades do nosso território e as vulnerabilidades das populações. Precisamos de responder a isto.

O Bloco quer ser uma força decisiva para a abertura de um novo ciclo autárquico. O critério do êxito de um governo autárquico deixa de ser o da quantidade de betão que contrata, mas o da satisfação dos direitos das pessoas, dos indicadores de igualdade e coesão social, da sustentabilidade ambiental, da participação cidadã nas decisões e na vida da comunidade. Não deixamos ninguém para trás. Exigimos direitos de cidadania, territórios inclusivos e ambientalmente sustentáveis, democracia ampla e descentralização, coesão e combate às assimetrias e desigualdades. São, no conjunto, os traços principais de uma nova agenda autárquica, constituem os desafios que mobilizam as candidaturas autárquicas do Bloco a nível nacional.

2. NOVA AGENDA AUTÁRQUICA

A participação do Bloco nas próximas eleições locais tem como objetivo central contribuir para a abertura de um novo ciclo político autárquico que reflita as cidades, os núcleos urbanos em geral e a sua ligação aos espaços rurais, pela função social e ecológica que desempenham, pela capacidade de garantir direitos básicos a todos, promover a inclusão, a participação cidadã e a democracia.

Um novo ciclo autárquico tem de investir nas pessoas, nos direitos sociais e de cidadania para todos/as, como construção alternativa ao mero espaço de reprodução do capital, de especulação e concentração dos mercados, que originam segregação económica e exclusão social, gentrificação e a expulsão para as periferias suburbanizadas de classes e grupos precarizados e empobrecidos.

Trata-se agora de construir a chamada cidade invisível, mas absolutamente essencial. Lutar por cidades, vilas e aldeias participativas, que sejam capazes de gerar o sentimento de pertença e de segurança a todos os seus habitantes, com prioridade para o direito à cidadania e para os espaços públicos inclusivos, acessíveis, ecológicos e de qualidade, propiciadores de interação social, cultural, geracional e política, com reconhecimento das necessidades específicas e vulnerabilidades, entre as quais há que ter em especial atenção a população mais idosa.

Em cada candidatura autárquica é preciso imaginar cidades, vilas e aldeias que cumpram o que deve ser a sua função social. Realizar o direito à habitação adequada, ao acesso à água de qualidade e ao saneamento - pelo que têm de ser públicos, à segurança alimentar - pelo que tem de ser cada vez mais de proximidade, ao serviço nacional de saúde e à educação pública, à mobilidade e aos transportes acessíveis e com redução das emissões de CO₂, à qualidade do ar e aos espaços de fruição coletivos. Ter como aspiração conseguir cidades, vilas e aldeias que concretizem a igualdade de género em todos os domínios, prevenindo todas as formas de assédio, violência e discriminação em espaços públicos e privados. Encarar de forma inclusiva e sustentável os objetivos de desenvolvimento económicos dos territórios, com grande atenção às atividades que geram valor acrescentado, qualificam o trabalho, com-

batem a precariedade, utilizam de forma eficiente os recursos disponíveis e não degradam o ambiente; consideramos o ordenamento e planeamento territoriais como essenciais para garantir o interesse público e a sustentabilidade nas atividades e no desenvolvimento urbano.

3. CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A valorização da cidadania exige medidas sérias com vista a assegurar a transparência, fluidez e acessibilidade de informação das atividades dos órgãos das autarquias locais, permitindo assim estimular e acarinhar todas as formas de amplo debate e participação das populações na tomada de decisões.

Por isso, é importante afirmar o compromisso do Bloco de Esquerda na promoção da divulgação de toda a informação e a transmissão e disponibilização dos conteúdos das reuniões dos órgãos das autarquias locais, designadamente o acesso a vídeos das mesmas.

Valorizar o exercício do direito de petição perante os órgãos das autarquias locais, privilegiar e estender os processos de consulta pública prévia às decisões destes, aprofundar os instrumentos que regulam os processos de Orçamento Participativo, designadamente no alargamento do direito de participação a maiores de 16 anos, estrangeiros residentes e a quem não residindo trabalha na autarquia local e a promoção da realização de referendos locais, são medidas essenciais para a promoção da Cidadania Viva e da participação.

Por outro lado, a transmissão e disponibilização das reuniões autárquicas, a criação de livros públicos de registo de interesses dos eleitos locais, a promoção do acesso público e por via informática aos pedidos de licenciamento de operações urbanísticas, permitindo assim um controlo e participação inerentes a uma Cidadania Viva e bem assim a limitação ao recurso da contratação pública por ajuste direto são da mais elementar higiene democrática.

As candidaturas autárquicas do Bloco de Esquerda recusam a externalização do exercício das competências dos órgãos autárquicos, tantas vezes concretizadas por Parcerias Público Privadas, concessões e empresas do sector empresarial local, com uma diminuição de transparência e controlo democrático e aumento dos custos para as autarquias locais.

4. HABITAÇÃO E MOBILIDADE

O desinvestimento dos últimos anos em políticas públicas de habitação conduziu ao aumento das dificuldades no acesso a uma habitação digna, desde logo dos setores sociais de menores rendimentos e empobrecidos, dificuldades que se estendem cada vez mais a outros grupos populacionais.

As autarquias devem ter papel importante no fornecimento de habitação social, com políticas articuladas com o Governo, contribuindo para resolver défices existentes nessa área, mas igualmente na regulação do chamado mercado comercial que mantém um excedente de aproximadamente 750 mil alojamentos vagos.

Apesar desse excedente, o valor das rendas tem subido. A turistificação do centro das cidades e a deslocação para o Alojamento Local de muitos fogos habitacionais agravaram a carência de oferta para arrendamento e fez disparar o valor das rendas.

A par das políticas de reabilitação e de qualificação dos alojamentos (em Portugal morre-se por frio), um dos centros vitais da ação municipal é o aumento da oferta pública de habitação de modo a superar o desfasamento entre as práticas e políticas urbanísticas e de habitação e as reais necessidades sociais e demográficas, assegurando um dos direitos de cidadania mais importantes e básicos.

Apesar da rede de autoestradas se ter tornado uma das mais extensas da Europa (km/habitante), a rede ferroviária é uma das mais exíguas e um dos raros casos em que é inferior à das autoestradas. Acentuou-se a redução da mobilidade das populações, particularmente difícil para residentes nas periferias e nas freguesias rurais, através da rede ferroviária e das condições de acesso e utilização dos serviços e redes de transportes coletivos, com múltiplas falhas de integração entre transportes (horários, tarifários, informação, etc.).

As autarquias devem dar o maior relevo à concretização do direito à mobilidade, atendendo em especial a população sénior ou portadora de deficiência física ou doença, fornecendo transportes públicos adaptados à realidade dos seus territórios e populações, criando condições para o acesso aos serviços mesmo para que resida na periferia, intervindo junto dos operadores para que seja garantida a qualidade dos serviços de transportes e tarifários acessíveis, promovendo infraestruturas e meios para a utilização de modos suaves.

5. DEFENDER O AMBIENTE E O ESPAÇO PÚBLICO

Os efeitos das alterações climáticas constituem um dos maiores desafios colocados também ao nível local, a par da erradicação das múltiplas desigualdades e dimensões da pobreza, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Não é admissível que alguém se arrogue o direito de poluir e contaminar bens e recursos comuns, seja qual for o argumento. As autarquias têm de dar o exemplo decisivo, na fiscalização e combate às fontes de poluição, na preservação de rios e florestas, da qualidade do ar e da água, nas medidas de descarbonização da economia e da sociedade.

Todos os municípios devem elaborar e operacionalizar estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas e de redução dos riscos de catástrofe. As estratégias já existentes pecam na generalidade pela subavaliação das ameaças identificadas e pela sobrevalorização das propostas feitas pelos municípios que, em muitos casos, não resolvem quaisquer problemas e em alguns agravam as vulnerabilidades.

O processo de desenvolvimento daquelas estratégias tem de incluir toda a cidadania, algo para que o Bloco pode contribuir decisivamente. Os municípios têm de ter um planeamento que diminua a necessidade das deslocações pendulares e o congestionamento do tráfego. Importa, além da definição de Zonas de Emissão Reduzida, garantir alterações de fundo a ní-

vel do conforto térmico nas habitações e equipamentos, mudança nas fontes de energia dos transportes e edifícios, promovendo um corte radical nas emissões de CO₂.

A prospeção e exploração de combustíveis fósseis no mar, em todo o litoral do país, é um problema nacional e para cada município. Acrescem com particular gravidade a situação com a Central Nuclear de Almaraz e a poluição em várias bacias hidrográficas, temas que não podem deixar de estar presentes nos programas autárquicos do Bloco.

Garantir o acesso livre e universal ao espaço público, combatendo a sua paulatina apropriação por interesses privados e garantindo a sua fruição por todas as classes e faixas etárias, assegurando especialmente este acesso a quem tenha necessidades especiais motivadas por deficiência física constitui meio fundamental para assegurar a sua fruição universal.

6. DIREITOS SOCIAIS E LABORAIS

O acesso a bens como a saúde, educação, cultura e prática desportiva passa por um correto planeamento e disponibilização de infraestruturas, devidamente distribuídas pelo território e considerando a diversidade de interesses e propósitos das populações na fruição desses bens, assegurando-se que os equipamentos e programações respeitam e acarinham a diversidade da população.

As políticas de concessão de subsídios a coletividades privadas que desenvolvam atividades na promoção do acesso a estes direitos sociais devem ser feitas por critérios de igualdade e não discriminação, recusando-se a instrumentalização das entidades associativas que as promovam e dos seus utilizadores.

A promoção de políticas de apoio social deve ser intermediada ao mínimo na relação entre a autarquia local e os seus beneficiários. Recusamos a prática assistencialista promovida por diversas autarquias locais e IPSS, privilegiando programas que sejam a expressão de direitos e não do exercício de mera solidariedade, regulamentando-se a relação imediata entre a autarquia local e o beneficiário de apoios sociais.

Uma autarquia local com políticas de defesa dos direitos sociais não pode promover ou aceitar a promoção da precariedade laboral. Por isso, o Bloco traçará aqui mais uma linha vermelha, combatendo a contratação precária, a utilização de instrumentos como estágios ou CEI para a satisfação das suas necessidades permanentes de pessoal ou o recurso à subcontratação para a prossecução das suas atribuições.

De igual forma, o Bloco pugnará para que dos critérios de contratação pública resulte a recusa ou penalização do recurso a trabalho precário pelos concorrentes, recusando ainda no campo de concessão de subsídios a entidades privadas ou no campo da concessão de benefícios fiscais a sua atribuição a entidades que utilizem de forma abusiva o trabalho precário.

7. DESCENTRALIZAÇÃO

O processo de descentralização tem de ser um instrumento para conferir mais capacidade de participação e de decisão às populações sobre as opções e os caminhos de desenvolvimento equilibrado do território e das diversas regiões, não pode ser um mero esquema de “municipalização” das responsabilidades e competências do Estado.

Da gestão das áreas protegidas até à gestão das escolas, passando pelos investimento público e fundos comunitários, a municipalização ou a transferência de competências para entidades não eleitas, como as CCDR e as CIM, parece ser a opção do “bloco central” que, desde o ex-ministro Relvas, persiste nesse caminho.

O Bloco tem inscrita a descentralização nos seus genes políticos. No entanto, não é possível escamotear a realidade: cerca de 70% dos municípios portugueses têm menos de 30 mil habitantes. A escala, recursos e meios são insuficientes para novas competências municipais nas áreas da educação, saúde ou segurança social que devem estar a um nível supramunicipal.

A entrega dessas funções a privados é a nova oportunidade que espreita. A descentralização para municípios e freguesias é possível e desejável, mas de acordo com os recursos disponíveis, nomeadamente financeiros. A democracia local não pode ficar refém de tamanha e excessiva concentração de poderes.

Pretender comparar a criação de um instituto híbrido, como propõe o Governo para as CCDR, com qualquer processo de descentralização efetiva, perante a ausência de Áreas Metropolitanas e de Regiões administrativas com órgãos diretamente eleitos, ou de um horizonte próximo que as determine como objetivo, uma inconsistência política e administrativa grosseira.

A CONFERÊNCIA NACIONAL AUTÁRQUICA

18 FEVEREIRO 2017